

25 de Abril – sempre

Sr Presidente da Assembleia Municipal
Srs deputados Municipais
Sr Presidente da Câmara
Srs Vereadores
Comunicação Social
Público

Assinalam-se este ano 34 anos que um país anacrónico mudou de rumo graças à acção de um grupo de militares que agrupados no Movimento das Forças Armadas devolveram ao povo português a liberdade e a sua capacidade de sonhar uma vida diferente e melhor.

Até então, o último império colonial do Ocidente absorvia os jovens em três frentes de uma guerra em África que durava há treze anos, onde era rara uma família que não tinha um familiar a combater, e a Censura e a repressão policial enchiam as prisões com quem ousasse criticar a política do governo que então governava o país. No Contexto ditatorial de apertada vigilância, sem garantias de Liberdade, o povo saiu à rua de cravo ao peito nessa madrugada libertadora, juntou-se aos militares e Portugal não voltou a ser o que era.

De então para cá o país e o mundo mudaram. Tanto ou tão pouco que, se por hipótese alguns sonhadores das mudanças e que já partiram cá viessem, não encontrariam certamente nem o Portugal arcaico e Salazarento, nem o tão sonhado Portugal que as portas de Abril abriu.

Sonhavam com a liberdade e a justiça social e hoje eram confrontados com os temores da Justiça, dos terroristas, da libertinagem e da agiotagem e do medo de estar em casa sem grades nas janelas.

Assistindo aos Telejornais na Televisão ficariam sem saber o que mais comentar. Se a Educação, com milhares de pessoas nas ruas manifestando-se contra a ministra da tutela, se a Saúde, com o encerramento do atendimento de proximidade, encerramento de maternidades onde as parturientes dão à luz nas ambulâncias ou vão ter os filhos a Espanha, ou o drama dos que perdem o seu posto de trabalho, sendo novos para a reforma e velhos para encontrar um novo trabalho, onde um quinto dos trabalhadores portugueses vive num regime precariedade, para não falar da corrupção ou das fraudes sempre enunciadas em milhões.

Se Portugal fosse uma empresa, o esforço reformista baseado numa teoria economicista, seria saudável e considerado um acto de boa gestão. Mas sendo um país, tem de ser olhado de outra forma e quem governa encontrar, no respeito pela História, formas de articulação solidária com os mais desfavorecidos, e não assistir aos ricos tornarem-se cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Este desconforto social, como bandeira rasgada de um Abril sonhado, causa amargura a quem viveu a esperança de uma sociedade mais justa e mais fraterna e que se pode resumir num poema de Manuel Alegre quando diz:

*Eu vi chegar Abril e Abril partir / Vi o Abril de sim e Abril de não/ Abril que já não é
Abril por vir / e como tudo o mais contradição./
Vi o Abril que ganha e Abril que perde / Abril que foi Abril e o que não foi / eu vi
Abril de ser e de não ser/.
Abril de Abril vestido (Abril tão verde) /
Abril de Abril despido (Abril que dói) /
Abril já feito. E ainda por fazer.*

Mas de vez quando poderiam alegrar-se com o aumento da sua pensão de reforma ou voltar a desiludir-se quando concluírem que o aumento da sua pensão não lhe chega sequer para cobrir as despesas acrescidas.

Também poderiam ouvir com curiosidade, a notícia da revisão constitucional e saber que os políticos eleitos por si, podem submeter a Constituição do seu país a qualquer Constituição Europeia que venha a ser aprovada em Bruxelas. O centro das decisões agora é Bruxelas. É que os caminhos da União Europeia são vastos e o voto que democraticamente deposita nas urnas confere autoridade a quem mexe e remexe na política do seu país. Na externa e na interna.

Fica o Poder Local como uma marca da Democracia instaurada. Uma criação de Abril que aos poucos mudou a linha estruturante de velhas Comunas e Concelhos, heranças de um reino onde os Homens-Bons usavam a palavra para aplicar o direito consuetudinário. Municípios e Freguesias são coisas novas e como todas as mudanças trouxeram alegrias e algumas tristezas. Uma institucionais, outras puramente ocasionais, mas também uma confiança de recuperar atrasos e de pedir electricidade para a sua rua, água canalizada para o seu casal, saneamento básico para a sua aldeia, numa ideia legítima de que têm direito ao seu pedaço de civilização, isto porque o Poder Local deve (devia) ter uma linguagem diferente do Poder Central, porque gerem casos e necessidades concretas de pessoas e não dossiês estáticos, sejam em papéis, ou CD-Rooms compactados.

Pertenço à geração do Maio de 68. Lembro-me do general Delgado ter sido espoliado dos votos numas (pseudo) eleições e depois mandado assassinar pelos esbirros da PIDE a soldo do chamado Estado Novo. Muitos jovens de então defendiam causas. Cantavam em surdina com o José Afonso, o Adriano e o Fanhais, contra a ditadura e a guerra colonial. Faziam vigílias na Capela do Rato como protesto ou vingavam-se iludindo a Censura com escritos nas entrelinhas. A inteligência crítica do humor, perdeu muito para a vulgaridade da piada dos dias que correm.

Hoje não se enxergam causas e os valores são muitas vezes postos em causa. Os acessos aos bens de consumos modernos, que felizmente acontecem, dão imagens nem sempre condizentes ao seu uso e aplicação de modernidade; e o caso de um telemóvel usado por uma aluna numa aula em disputa com a professora numa Escola do Porto, como se um dos vídeos jogos se tratasse e que, para gáudio foi posto no You Tube, talvez devesse ser motivo de reflexão.

Os estilhaços do sonho atingiram muitas direcções.

Há dias encontrei no Museu do Neo Realismo em Vila Franca de Xira o professor José Manuel Tengarrinha, que foi expulso por motivos políticos do ensino secundário em 1962, chefe de redacção de um jornal de Lisboa donde foi igualmente afastado compulsivamente pela censura salazarista, preso em Caxias donde saiu em Abril de 74 e mais tarde professor de História Contemporânea na Universidade de Lisboa onde foi aprovado com a classificação mais elevada (unanimidade, com distinção e louvor). Encontrava-se ali a acompanhar a irmã Margarida Tengarrinha, que ia fazer uma palestra e inaugurar uma exposição sobre o pintor José Dias Coelho, com quem foi casada e que foi morto pela PIDE numa ruela de Alcântara, em Lisboa.

Em conversa informal, sobre a Revolução do 25 de Abril, esperanças e desilusões, eu que um dia fui seu aluno, perguntei-lhe em ar de balanço: Valeu a pena?

E a sua resposta foi curta : Só quem não conhece o antes e o depois, pode dizer que não valeu a pena.

De facto, ao evocarmos a data da Revolução dos Cravos e para além de apontarmos contradições aos ideais emergentes, não podemos deixar de, à semelhança de uma série que passa na RTP1, “Contar como foi” com alguns exemplos de Portugal durante 48 anos de ditadura, que foi possível derrubar há 34 anos:

- Um país onde as liberdades de expressão, reunião, manifestação e de associação, estavam proibidas.
- Os partidos políticos estavam proibidos, só sendo consentido um partido único que apoiasse o governo. Não havia liberdade sindical nem direito à greve.
- Censura e repressão pela polícia política, com uma estrutura de informadores (No período 1932-1951 foram registadas 20.552 prisões políticas), em que alguns eram mandados para o Forte de Peniche ou para o Tarrafal (Cabo Verde) também chamado campo da morte lenta.
- Perseguições, torturas e prisão de opositores em que muitos foram obrigados a exilar-se para fora do país.
- 13 anos de guerras coloniais, com 10.000 mortos e 30.000 feridos e estropiados e milhares de vítimas entre população das ex-colónias.
- uma sociedade vigiada marcada pelo condicionamento da vida social.
- trabalhadores sem protecção social e atraso económico.
- afastamento da Europa, para onde a emigração clandestina se fazia “a salto” (entre 1961 e 1973 deixaram o país em busca de melhores condições de vida um milhão e meio de portugueses)
- Um isolamento no contexto das Nações que levava a ditadura a considerar-se “Orgulhosamente sós”.

Por tudo isto temos que acreditar na capacidade de Portugal reinventar o futuro e dizer: 25 de Abril sempre.

Bancada CDU

Sessão solene comemorativa do 25 de Abril na Assembleia Municipal do Cartaxo

Cartaxo, 25 de Abril de 2008